

Comissão da Câmara debate impacto da venda ilegal de cigarros eletrônicos no Brasil

B [www1.brasilemfolhas.com.br /2024/11/comissao-da-camara-debate-impacto-da-venda-ilegal-de-cigarros-eletronicos-no-brasil/](https://www1.brasilemfolhas.com.br/2024/11/comissao-da-camara-debate-impacto-da-venda-ilegal-de-cigarros-eletronicos-no-brasil/)

13 de novembro de 2024



A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados promoverá nesta quarta-feira (13) uma audiência pública para discutir os impactos econômicos da comercialização ilegal de cigarros eletrônicos no Brasil. Desde 2009, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) proíbe a venda desses produtos, mas o mercado paralelo tem crescido, gerando prejuízos fiscais e econômicos, além de um aumento no consumo de vapores. O deputado Heitor Schuch (PSB-RS), autor da sugestão para o debate, destaca que a comercialização ilegal de produtos resulta em perda de arrecadação e impede a geração de empregos formais.

O debate envolverá representantes do governo, da Anvisa, do setor de tabaco e de entidades da área de saúde. Entre os participantes confirmados estão autoridades da Secretaria Nacional do Consumidor, empresas do ramo, como British American Tobacco e Philip Morris, e entidades que defendem a saúde pública, como a Sociedade Brasileira de Pneumologia e a ACT – Promoção da Saúde. Schuch argumenta que, com a regulamentação, seria possível legalizar a comercialização dos cigarros eletrônicos, ou que abriria espaço para a criação de novos empregos e o aumento da arrecadação tributária. Estudo da Fiemg aponta que o mercado potencial do setor pode chegar a R\$ 7,5 bilhões por ano, com a possibilidade de gerar até 115 mil postos de trabalho.

No Senado, uma proposta de que visa regulamentar o uso e comercialização de cigarros eletrônicos está em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto, que já foi adiado anteriormente, estabelece medidas como a concessão de venda para menores de 18 anos e a imposição de multas pesadas a quem violar as normas. A proposta busca equilibrar a necessidade de controle sanitário com o desenvolvimento do mercado, mas ainda encontra resistência e precisa ser apreciada pelo plenário após análise na comissão.